

NOSSA AGECEF

O Jornal da Associação dos Gestores da Caixa - Bahia

Nº 84 - SETEMBRO 2021

PRESIDENTE: CARLOS ALBERTO AFONSO COSTA



VALEU A PRESSÃO



Foi uma intensa batalha. Que durou anos. Mas os trabalhadores das estatais federais conseguiram pressionar o Congresso Nacional. Depois de algumas idas e vindas, os parlamentares suspenderam os efeitos da CGPAR 23. Desta forma, o atual modelo de custeio do Saúde Caixa pode ser mantido.

Página 3

FUNCEF tem superávit de R\$ 3,6 bilhões. Mas resultado não chega ao participante

A FUNCEF apresentou o resultado do segundo trimestre deste ano com superávit de R\$ 3,6 bilhões e rentabilidade consolidada de 11,61%. O índice está acima da meta atuarial de 6,26%. De acordo com o balanço, a carteira da Fundação chegou a R\$ 88,2 bilhões.

Este é o terceiro balanço positivo consecutivo. No primeiro trimestre, o fundo de pensão dos empregados da Caixa alcançou superávit de R\$ 1,8 bilhão e rentabilidade de 5,75%, também acima da meta atuarial, de 3,09%. Embora os números sejam bons, os resultados não chegam aos participantes.

Para se ter uma ideia, o equacionamento vigente do REG/REPLAN Saldado é de R\$ 19,5 bilhões. De acordo com regulamento da Fundação, quando as contas voltam a se equilibrar, os pagamentos podem ser reduzidos. Diante dos dados, as entidades representativas vem cobrando o abatimento nas contribuições extraordinárias.



CNPC 30 para reduzir contribuições

Há outras formas de a FUNCEF atenuar o peso das contribuições extraordinárias do REG/REPLAN Saldado. Basta aplicar a resolução 30 do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

A medida revê a métrica de equacionamento e pode resultar em menor parcela das contribuições extraordinárias de 2014 e 2015. As entidades representativas solicitam a aplicação da resolução desde 2018, quando foi publicada.

Sobre o assunto, o presidente da Fundação, Gilson Santana, vem informando há alguns meses que os estudos ainda estão em andamento. A resposta soa mais como enrolação.

Menos direitos para participantes do REG/REPLAN Não Saldado

A perseguição aos participantes do REG/REPLAN Não Saldado não tem fim. Vira e mexe a FUNCEF dá um jeito de tentar retirar direitos dos aposentados. Agora, o fato se concretizou, com a mudança no estatuto da Fundação.

As alterações no regulamento deixam muitas dúvidas aos participantes do REG/REPLAN Não Saldado, sobretudo relacionado ao reajuste do plano. Até hoje, o aumento era feito em setembro, com base no acordo coletivo dos bancários. Mas agora não se sabe como será a interpretação da direção da FUNCEF sobre o assunto.

Anunciadas em 11 de agosto, as alterações no estatuto da Fundação mexem em muitos direitos dos participantes. Libera, por exem-

plo, o uso do voto de minerva. Embora previsto em lei, o estatuto anterior tinha travas para a utilização e não podia ser usado para mudanças no regulamento.

Não Saldado

Com as recentes mudanças no estatuto, o custo do REG/REPLAN Não Saldado diminuiu porque uma série de benefícios serão reduzidos, como a correção no cálculo do benefício, que passa a ter como base a média dos últimos 36 salários de contribuição. Antes, era usada média dos 12 últimos salários. Também será feita a desvinculação do reajuste dos benefícios em relação ao reajuste dos trabalhadores da ativa.

Suspense sobre a CGPAR 25

A FUNCEF faz suspense sobre questões importantes para participantes e assistidos. É o caso da aplicação da CGPAR 25. A resolução causa muitos prejuízos aos empregados da Caixa, principalmente aos participantes do REG/REPLAN Não Saldado.

Se aplicada a CGPAR 25, o regulamento do plano será alterado e a correção no cálculo do benefício vai passar a usar a média dos últimos 36 salários de contribui-

ção. Atualmente são considerados os últimos 12 salários.

Tem mais. A resolução desvincula o reajuste dos benefícios ao reajuste dos trabalhadores da ativa. Para completar, o REG/REPLAN Não Saldado ainda tem um valor de R\$ 1,68 bilhão a ser equacionado. Diante do cenário, as entidades representativas dos empregados da Caixa enviaram um ofício à FUNCEF, solicitando uma reunião urgentemente.

COM A CGPAR 25,
O PRÓXIMO
ALVO É A SUA
APOSENTADORIA.

CAI A CGPAR 23. VALE A PENA LUTAR

Os trabalhadores mostraram mais uma vez que a luta vale a pena e obtiveram uma importante vitória no Congresso Nacional com a suspensão dos efeitos da CGPAR 23, resolução de 2018 do governo federal que limitava a contribuição das empresas estatais aos planos de saúde dos empregados, resultando em enorme prejuízo aos trabalhadores.

O PDL 342 já foi publicado no Diário Oficial da União. Portanto, está assegurado o acesso à saúde via planos de autogestão aos trabalhadores das estatais. A suspensão da CGPAR 23 beneficia os empregados da Caixa, usuários do Saúde Caixa e refaz verdadeira justiça social àquelas que possuem assistência médica de autogestão, porque desone-



ra os trabalhadores que ajudam a construir as empresas por meio da força de trabalho e, muitas vezes, com prejuízos à saúde.

Importante destacar o papel das entidades representativas na vitória. Nos bastidores, os dirigentes fizeram um trabalho de corpo a corpo com intensas conversas com os parlamentares. Na Câmara, a deputada Érika Kokay (PT/DF) teve um papel imprescindível. Além de ser autora do projeto que suspendeu os efeitos da CGPAR 23, a parlamentar trabalhou intensamente para garantir a aprovação da matéria.

No Senado, o destaque foi o relator Romário (PL/RJ) que deu parecer favorável ao projeto, ajudando a aprová-lo com unanimidade.

CGPAR 23: o que dizia

Editada em janeiro de 2018, a CGPAR 23 estabelecia que a contribuição da empresa no custeio do plano não pode exceder a do empregado. Assim, ao menos 50% do Saúde Caixa deveria ser custeado pelo empregado, inclusive os custos administrativos. Atualmente, as despesas administrativas são totalmente financiadas pela Caixa. O custo assistencial é dividido na proporção de 70% pela Caixa e 30% pelos empregados, por meio de mensalidade

des e coparticipação.

O artigo 8º da resolução também previa que o custeio da empresa no plano de saúde somente poderia ser concedido aos empregados durante a vigência do contrato de trabalho. Uma ameaça aos aposentados. Ainda determinava que os editais de concurso ou processo seletivo não tivessem a oferta de assistência à saúde aos novos empregados e estabelecia cobrança por faixa etária e/ou renda.

Saúde Caixa: dois impasses superados

Com a suspensão da CGPAR 23, a direção da Caixa retomou a mesa de negociação sobre o Saúde Caixa e os empregados conseguiram avanço em dois pontos. O primeiro diz respeito à diferença entre as projeções de custo realizadas pelas assessorias atuárias contratadas pelo banco e pelas entidades representativas dos empregados. Há uma diferença de aproximadamente R\$ 40 milhões entre elas. Ficou acertado que será utilizada uma média entre as duas projeções.

Outro impasse superado foi com relação à paridade do custeio (50/50). Esta era uma imposição colocada pela Caixa com base na CGPAR 23. Na verdade, já não

era obrigatória a utilização da resolução. Mas, agora, ela perdeu por completo seus efeitos. Não tem motivo para que a paridade no custeio seja mantida.

A Comissão Executiva dos Empregados (CEEI) reafirma a posição pelo modelo 70/30, com a Caixa arcando com 70% dos custos e os empregados com 30%. Outro ponto colocado pelos empregados é referente ao calendário de aprovação da proposta de custeio do Saúde Caixa.

O banco queria impor um calendário apertado, que não permite a apresentação e debate da proposta pelos bancários. Mas agora já admite a ampliação do prazo de uma semana.

Em pauta, problemas de atendimento e credenciamento do Saúde Caixa

As falhas no atendimento do Saúde Caixa geram muitos transtornos. O assunto foi tema de debate do Conselho de Usuário, que reúne representantes dos empregados e da Caixa. A demora nas liberações dos procedimentos, o credenciamento e descredenciamento de médicos e clínicas também estiveram em pauta.

Os representantes dos usuários destacaram a necessidade de o banco reforçar a comunicação com os beneficiários, sobretudo, com a divulgação do canal Reclame e inclusão

no site da Central, em destaque, dos principais prazos de autorização e validade de autorização.

Sobre o atendimento aos usuários, a Caixa explicou que houve um erro sistêmico que gerou reativação do cadastro de dependentes indevidamente. Cerca de 2.500 beneficiários foram atingidos. Mas, segundo a empresa, o problema já foi solucionado.

Em outro quesito, credenciamento, a direção do banco explicou que depende da avaliação de rede, onde é

identificado o quantitativo de beneficiários atendidos e prestadores disponíveis na região para especialidade, qualidade de reembolsos, e reembolsos integrais. Os representantes dos usuários destacaram que o reembolso deve ser a última saída e o atendimento pela rede credenciada deve ser priorizada.

Outro questionamento foi sobre o retorno dos Comitês Regionais de Credenciamento. Foi informado que o assunto está em análise pela mesa de negociação.



SETEMBRO AMARELO

SAÚDE MENTAL AGRAVA COM CENÁRIO INSTÁVEL

Não dá para falar do Setembro Amarelo - campanha para conscientizar e prevenir suicídio - sem levar em consideração o atual cenário nacional. Além da pandemia do coronavírus, os brasileiros têm de lidar com as crises econômica e política. O cenário instável tem custado caro ao país. Sem dúvidas, a vida piorou.

O desemprego alcança níveis recorde - quase 15 milhões de pessoas aguardam uma chance no mercado de trabalho. Cerca de 20 milhões não têm nada para comer e outras 125 milhões

estão em insegurança alimentar.

A inflação também alcança níveis recorde - perto dos 10%. O custo de vida não para de subir. Tudo está pela "hora da morte" e muita gente precisa fazer mágica para pagar as despesas do mês. Para completar, o país perde a credibilidade em todo o mundo, sobretudo com o tratamento dado pelo governo federal à pandemia.

Muitos do que estão empregados, ainda precisam lidar com o aumento das metas e das cobranças. Em muitas

categorias, a jornada de trabalho aumentou. Tudo está mais difícil. Essa cenário tem tirado o sono de muitas famílias. A ansiedade e o estresse dispararam. Pesquisa do PoderData divulgada neste mês revela que 4 em cada 10 brasileiros tiveram piora na saúde mental.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021, o país registrou 35 suicídios por dia em 2020. Foram 12.895 mortes por suicídio registradas no ano, ante 12.745 mortes do tipo contabilizadas em 2019.

A vida em primeiro lugar

Com o avanço da vacinação em todo o país, a pandemia começa a dar sinais de melhoras e as curvas epidemiológicas estão caindo. Mas, não dá para retomar à normalidade ainda. O cenário requer cuidados, afinal somente pouco mais de 38% dos brasileiros estão com o esquema vacinal contra a Covid-19 completo.

O número de pessoas parcialmente imunizadas, ou seja, apenas com a primeira dose chega passa dos 140 milhões. Portanto, muito em breve, se a situação continuar controlada, a vida poderá se normalizar. Diante dos dados, as entidades representativas dos empregados da Caixa enviaram um ofício à direção do banco solicitando a prorrogação do trabalho remoto, previsto para acabar no dia 30 deste mês.

No ofício, destacam que o país se aproxima das 600 mil mortes por Covid-19 e que "o elevado número de casos de contaminação - mais de 21 milhões - e de adoecimento obriga à manutenção das medidas preventivas ao



Setembro Amarelo
Mês de valorização da

VIDA



contágio, com o distanciamento social e redução da concentração de pessoas em ambientes fechados e pouco ventilados".

As entidades lembram ainda que o home office adotado pelos bancos no início da pandemia, em março de 2020, depois de negociação com o Comando Nacional

dos Bancários, foi fundamental para evitar mais contágios na categoria. Por fim, destacam que, para os empregados retornarem às atividades presenciais, é fundamental abrir um canal de diálogo, com o objetivo de avaliar o cenário e o melhor momento para a volta.

TCU investiga denúncia de uso político da Caixa

Depois de a grande mídia denunciar o uso política da Caixa, o Tribunal de Contas da União (TCU) iniciou investigação contra o presidente do banco, Pedro Guimarães por uso do dinheiro e da estrutura da instituição para favorecimento pessoal, com fins eleitoreiros. O subprocurador-geral do Ministério Público, Lucas Furtado, também acionou Pedro Guimarães por uso da máquina no caso da gerência Caixa Mais Brasil, criada para cuidar da agenda de viagens do presidente do banco e eventos pelo país. Tudo isso a um custo de, pelo menos, R\$ 300 mil por mês.

Em extensas reportagens, a revista IstoÉ, o jornal Correio Braziliense e o site UOL denunciaram o enaltecimento de imagem de Pedro Guimarães nas redes sociais da instituição financeira para se promover. Segundo o site, entre 1º de julho deste ano a 9 de setembro, foram feitas 72 publicações com a imagem de Guimarães nos perfis oficiais da Caixa no Twitter, Instagram e Facebook.

Ainda de acordo com as reportagens, o executivo sonha em ser o vice-presidente na chapa de Bolsonaro ou ainda com a candidatura ao Senado Federal ou ao governo do Rio de Janeiro. As investidas teriam o aval do presidente da República.

Mais de 97 viagens

Como parte do Caixa Mais Brasil, Pedro Guimarães já realizou mais de 97 expedições (número que deve chegar a 166 até o fim de 2022), ao custo médio de R\$ 50 mil por viagem, visitando mais de 140 municípios. O presidente do banco também é figura frequente nas lives de Jair Bolsonaro. Até maio deste ano, já acumulava 22 aparições.

Afastamento

O subprocurador-geral do Ministério Público, Lucas Furtado, apresentou representação no TCU em que pede a investigação, e o devido afastamento também do presidente do BB, Fausto Ribeiro. Ambos teriam feito uso político das instituições que presidem no episódio do manifesto da Febraban (Federação Brasileira dos Bancos), em que o BB e a Caixa ameaçaram deixar a entidade que representa os bancos.